
-----**Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão levada a efeito aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil e doze**

-----Aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil e doze, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão da Sociedade Filarmónica de Educação e Beneficência Fratelense, em Fratel, reuniu-se em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1- Ponto prévio antes da ordem do dia;-----
- 2- Apreciação, discussão e eventual aprovação do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2011, da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão e informação de acordo com o artº 15º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso do Exercício de 2011;-----
- 3- Apreciação do Inventário do Património Municipal de 2011;--
- 4- Apreciação, discussão e eventual aprovação do Aditamento ao protocolo celebrado com a Associação de Pais e Encarregados de Educação;-----
- 5- Apreciação, discussão e eventual aprovação da Revisão aos Documentos Previsionais de 2012;-----
- 6- Informação da Srª Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município nos termos da alínea e) do n.º1 do artº 53º da Lei 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de janeiro;-----
- 7- Outros assuntos de interesse para o Município;-----
- 8- Período de intervenção nos termos do artº 19º do Regimento;--
- 0 Sr. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão e procedeu à conferência dos membros, verificando-se a falta dos membros Olimpia do Carmo Ferreira Mendes e Ricardo Ribeiro Correia Luis, tendo este último informado que não poderia estar presente

solicitando que lhe fosse justificada a falta.-----

----Foi dado conhecimento da correspondência remetida à Assembleia Municipal, ficando à disposição dos membros para eventual consulta.

----Procedeu-se à leitura da ata da sessão ordinária de 24 de fevereiro de 2012, sendo aprovada por maioria com duas abstenções.-

-----1-Ponto prévio antes da Ordem do Dia:-----

----Neste ponto, o presidente da Assembleia Municipal falou sobre a importância da descentralização na realização das sessões deste órgão, permitindo assim aos munícipes esporem as suas questões e que para tal deveriam proceder a uma inscrição para intervenção no ponto 8 desta Ordem de Trabalhos.-----

----O Presidente da Junta de Freguesia de Fratel disse que era com enorme satisfação que acolhia nesta freguesia a realização da presente sessão.-----

----A Presidente da Junta de Freguesia de Vila Velha de Ródão, deixou um convite para estarem presentes nas atividades comemorativas da Revolução do 25 de Abril, que iriam ter lugar na sede do concelho.-----

----O Presidente da Assembleia Municipal, leu um trabalho por si elaborado, sobre a passagem de mais um aniversário da Revolução do 25 de Abril e a conjuntura política atual, documento este que ficará arquivado junto aos documentos presentes nesta sessão.-----

----2- *Apreciação, discussão e eventual aprovação do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2011, da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão e informação de acordo com o artº 15º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso do Exercício de 2011;*-----

----O membro Luis Costa solicitou alguns esclarecimentos sobre estes documentos, nomeadamente, no Relatório de Gestão, no custo

por funções, no item Proteção Civil e luta contra incêndios, o porquê da coluna referente a 2011 estar a zeros, e na Prestação de Contas o porquê da diferença entre as transferências orçadas e obtidas (transferências de capital - receita), nas rubricas EDP-Gestão da Produção de Energia, S.A., Direção-Geral das Autarquias Locais e Deputacion de Cáceres- Organismo Autónomo para el Desarrollo Local.-----

----A sr^a Presidente da Câmara Municipal respondeu que em relação à questão referente ao Relatório de Gestão, tinha a ver com a entrada em vigor em 2010, da contabilidade de custos do POCAL e como tal, algumas verbas poderiam estar classificadas noutras rubricas. No que se referia à Prestação de Contas, as transferências referentes à EDP e à Direção-Geral das Autarquias Locais, referia-se a empreitada de beneficiação do CM 1355 - IP2 - Vale do Cobre/Foz do Cobre e na transferência das verbas proporcionais à fase em que se encontrava a obra e também às transferências comunitárias relacionadas com a mesma, no caso da Deputacion de Cáceres, vinha no seguimento das verbas transferidas referentes às candidaturas no âmbito do programa transfronteiriço, antigo INTERREG.-----

----O membro Roma, começou por congratular o executivo e os técnicos que elaboraram estes documentos, tendo em seguida questionado o porquê de existir um diferencial tão grande de valores entre os anos de 2010 e 2011, no Relatório de Gestão, nas funções Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, Outras Atividades Cívicas e Religiosas e Turismo.-----

----A sr^a Presidente, no seguimento do que atrás tinha dito, disse que se devia ao apuramento de custos por funções, que tinha sido implementado em 2010, no âmbito da contabilidade de custos, e que

ao abrigo da nova legislação houve alguns acertos na forma de classificar certas rubricas, podendo levar, em algumas delas, a uma diferença significativa de valores. Continuou, dizendo que em relação à função da Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, além dos custos inerentes a esta rubrica, também incluía os custos da rede de águas, higiene urbana e espaços verdes. Na função Outras Atividades Cívicas e Religiosas, referia-se ao apoio dado às obras da Casa Paroquial de Vila Velha de Ródão e às obras de requalificação do Largo da Igreja em Serrasqueira. No respeitante à função Turismo, disse que era referente à realização da Feira de Atividades, onde no ano transato se tinha gasto menos dinheiro e a mais alguma rubrica que embora não fosse especificamente ligada ao turismo estaria aqui inserida.-----

----A Dr^a Fernanda Neves, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira do Município, complementou, dizendo que se tratava do apuramento de custos por funções, ou seja, traduzia o reflexo dos custos e como tinha sido implementado em 2010, ainda não se conseguia efetuar uma distribuição correta dos respetivos custos, procurando-se por isso fazer uma afetação mais direta às funções, referindo-se em seguida a mais alguns esclarecimentos técnicos sobre estes documentos.-----

----À questão colocada pelo membro Joaquim António Morgado sobre se tudo o que se relacionava com águas não deveria estar na mesma função, a Dr^a Fernanda explicou que a função 243 (Saneamento), se referia a custos com águas pluviais e a função 244 (Abastecimento de água) refletia os custos relacionados com a distribuição de água.-----

----O membro Maria José Sobreira, congratulou os técnicos que elaboraram os documentos, salientando o facto do concelho ter uma

baixa taxa de desemprego e a grande preocupação demonstrada pelo executivo na vertente social e de fixação de jovens no concelho, bem como o aumento das verbas arrecadadas provenientes da derrama e do IMT.-----

----O Presidente da Assembleia Municipal, congratulou o executivo pela boa gestão das finanças municipais, salientando o facto de o ter feito sem necessidade de recorrer a empréstimos.-----

----A sr^a Presidente da Câmara Municipal, aproveitou para congratular todos os técnicos envolvidos na elaboração destes documentos, tendo feito mais algumas dissertações sobre os mesmos.-

----Não havendo mais intervenções, e após votação, foram aprovados por maioria, com 14 (catorze) votos a favor e 3 (três) abstenções dos membros, Luis Alberto Rodrigues Costa, João José Dias Ferro e Paulo Manuel Candeias Farinha Roberto, O Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2011, conforme o estipulado nos termos da alínea c) do n.º2, do artº. 53º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro.-----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

----3- *Apreciação do Inventário do Património Municipal de 2011;*--

----Não tendo havido intervenções sobre o Inventário, foi efetuada minuta que, o presente documento foi apreciado por esta Assembleia Municipal.-----

----4- *Apreciação, discussão e eventual aprovação do Aditamento ao protocolo celebrado com a Associação de Pais e Encarregados de Educação;*-----

----Não havendo intervenções, e após votação, foi aprovado por unanimidade, ao abrigo da alínea m) do nº2 do artº 53 da Lei 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, autorizar o aditamento ao Protocolo celebrado pelo

Município de Vila Velha de Ródão com a Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão, aprovado na reunião da Câmara Municipal de 07/12/2011 e na Assembleia Municipal em 23/12/2011, em conformidade com o texto que foi presente à reunião da Câmara Municipal de 11/04/2012 e que fica arquivado junto aos documentos presentes nesta sessão.-----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

----5- *Apreciação, discussão e eventual aprovação da Revisão aos Documentos Previsionais de 2012;*-----

----A sr^a Presidente explicou que esta revisão devia-se ao facto das verbas provenientes das rendas das barragens, passarem a ser transferidas ao abrigo e no âmbito do protocolo celebrado entre a ANMP e o Governo.-----

----Não havendo mais intervenções, e após votação, aprovar por unanimidade, em conformidade com a alínea b) do n.º2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, a 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita, com um aumento no valor de 2.600.328,00 € (dois milhões seiscentos mil e trezentos e vinte oito euros).-----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

----6-*Informação da Sr^a Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município nos termos da alínea e) do n.º1 do art.º 53.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de janeiro;*-----

----Sobre este ponto foi entregue a cada membro da Assembleia uma informação escrita evidenciando no n.º1, a situação financeira, reportada à data de 24 de abril, nomeadamente, os valores da receita cobrada de 2.067.821,60€ (dois milhões, sessenta e sete mil, oitocentos e vinte e um euros e sessenta cêntimos), dos

pagamentos efetuados de 1.465.615,89€ (um milhão, quatrocentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e quinze euros e oitenta e nove cêntimos) e do saldo de 1.051.490.62€ (um milhão, cinquenta e um mil, quatrocentos e noventa euros e sessenta e dois cêntimos) e no nº2, as principais atividades desenvolvidas pela autarquia nos setores da Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres, Ação Social, do Desenvolvimento e Turismo, no Apoio ao Desenvolvimento e Proteção Civil, no da Habitação e Urbanismo, Obras e Projetos Municipais, tendo dado mais alguns esclarecimentos sobre estas atividades.-----

----O membro Miguel Fradique, deu conhecimento que na última reunião da CIMBIS, ter sido referida a existência de verbas comunitárias destinadas à divulgação dos concelhos associados e não ter havido até agora um entendimento entre os respetivos autarcas para a distribuição desta verba, apelando à srª Presidente a disponibilização desta para junto destes tentar esse entendimento e facultar mais algum esclarecimento sobre esta situação.-----

----A srª presidente disse desconhecer essa situação e que da parte da autarquia de Vila Velha de Ródão existir toda a disponibilidade para chegar a um entendimento, estando convicta que o mesmo acontecerá com as outras.-----

----7-Outros assuntos de interesse para o Município;-----

----O Presidente da Assembleia Municipal, no seguimento da sugestão do membro Joaquim António Morgado, na última sessão, disse que tinha interpelado a Drª Maria José, Delegada de Saúde no Concelho, a qual lhe transmitiu que não existia qualquer estudo sobre o impacto da poluição na sede de concelho sobre a saúde dos munícipes aí residentes.-----

----A srª Presidente da Câmara Municipal, complementou, dizendo

que no seguimento da informação atrás prestada, reuniu-se com o Delegado de Saúde Distrital transmitindo-lhe a preocupação que existia com a poluição na sede de concelho, tendo este solicitado a elaboração de uma queixa por escrito para que no seu seguimento pudesse agir em conformidade, queixa essa que já fora feita através de ofício que leu na integra. Mais informou que em conversa com a Delegada de Saúde do concelho, esta lhe disse que iria promover um encontro com as unidades envolvidas, no sentido de se inteirar da situação.-----

----O Presidente da Junta de Freguesia de Fratel, leu um documento onde expressava uma tomada de posição sobre a implementação de portagens na A23 e as acessibilidades a esta via e que fica arquivado junto aos documentos presentes nesta sessão.-----

----O membro Luis Costa, questionou se os responsáveis da CENTROLIVA já tinham enviado a informação a que se tinham proposto fornecer, nomeadamente, documentos e planos a implementar na outra caldeira e se em relação à parte aquosa, além do que já tinha sido discutido, se teria sido aplicada alguma multa à autarquia.-----

----O membro Joaquim António Morgado, complementou, dizendo que verificou a existência de um armazém na CENTROLIVA cheio de serradura e que segundo lhe constou, seria para o fabrico de "pellets" um produto para queimar nas caldeiras e que era pior do que queimar madeira ou bagaço, questionando se a autarquia tinha conhecimento desta situação.-----

----A sr^a Presidente respondeu que em relação à multa, disse saber da existência de uma coima aplicada à CENTROLIVA devido à poluição da Ribeira do Açafal, mas até à data não tinha recebido qualquer notificação referente à autarquia, mas se isso se viesse a concretizar, eventualmente seria devido às etar's relacionadas com

as queijarias, dando mais informações sobre este assunto. No que diz respeito à CENTROLIVA, ainda não tinha recebido qualquer informação ou documentos adicionais e que em relação ao armazém referido pelo membro Morgado, não havia na autarquia qualquer pedido ou informação sobre o mesmo.-----

----À questão colocada pelo membro Luis Costa, sobre o ponto da situação em que se encontrava a obra embargada à CENTROLIVA à já alguns anos, a sr^a Presidente respondeu que apesar desta ter sido embargada pela autarquia, tinha uma licença para laboração emitida pelo Ministério da Economia, aguardando uma decisão sobre esta situação.-----

----O Presidente da Assembleia Municipal em achega a este assunto, disse que apesar dos membros terem todo o direito de questionar o executivo sobre esta situação, também tinham o dever de ajudar e apoiar este órgão no que fosse necessário e dentro das suas competências, transmitindo à sr^a Presidente da Câmara Municipal que perante as dificuldades e evidências desta situação, poder contar com o apoio deste órgão para em conjunto com o executivo tomar as diligências necessárias para a resolução dos problemas, em prol do bem estar dos munícipes.-----

----Ao pedido de informação do membro Joaquim António Morgado sobre em que fase estava a contratação do empréstimo aprovado nesta Assembleia, a sr^a Presidente respondeu que ainda não tinha sido concretizado devido a várias questões administrativas, frisando que esta era uma situação que se arrastava já à cerca de ano e meio.---

----O membro Roma questionou se o executivo já tinha tomado medidas para ajudar os Bombeiros a ultrapassar a situação difícil que estavam a passar e solicitou um esclarecimento sobre a situação da Escola Primária de Vale de Pousadas.-----

----A sr^a Presidente disse que, em relação aos bombeiros, o Executivo já tinha efetuado a transferência de 20.000,00€ (vinte mil euros) para esta Associação, referente à totalidade do subsídio já orçamentado e que iria acompanhar a evolução do problema e verificar as necessidades desta corporação e logo que possível efetuar as alterações orçamentais necessárias para possibilitar a transferência de mais alguma verba. No referente à Escola Primária de Vale de Pousadas informou que no seguimento do que tinha sido feito em relação a outros edifícios similares, a Autarquia decidiu proceder através de hasta pública à venda do mesmo, no entanto, em determinada altura, este imóvel fora cedido à Associação de Vale de Pousadas e que por inoperância da mesma teria sido solicitado por outra Associação ligada à caça a utilização do edifício em substituição desta, entretanto, o executivo foi informado de que haveria pessoas interessadas em reativar a primeira Associação, assim, foi efetuado um aviso a suspender a hasta pública até se proceder ao esclarecimento desta situação.-----

----No seguimento da questão colocada pelo membro Luis Costa se os envolventes ao Lago do Cabeço das Pesqueiras iriam ser inaugurados por ocasião das comemorações do 25 de Abril, a sr^a Presidente respondeu que iria ser a primeira utilização do campo desportivo e suas envolventes, que a inauguração oficial seria por ocasião da feira de atividades e que incluiria não só aquele espaço mas também o Lagar de Varas e seus envolventes.-----

----8-Período de intervenção nos termos do artº 19º do Regimento;--

----O sr. Eduardo Vaz Alves, no seguimento do esclarecimento sobre a venda da escola de Vale de Pousadas, deixou um agradecimento ao executivo por ter abdicado da hasta pública até à resolução desta situação, complementando que este problema advém do facto de a

